

Concorrência Pública nº 019/2018
PROCESSO DAE nº 3137-7/2018
EDITAL de 29 de novembro de 2018
MODO DE DISPUTA – Não Diferenciada

PREÂMBULO

O Diretor Presidente da DAE S/A – Água e Esgoto, Eduardo Santos Palhares, no uso de suas atribuições legais, faz saber que se acha aberta nesta Empresa de Economia Mista, licitação pública na modalidade **Concorrência Pública**, tipo “**MENOR VALOR GLOBAL**, regime de execução: “**EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**” regida pela Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações promovidas pelas Leis nº 8.883/94 e 9.648/98 e eventuais legislações pertinentes, no que couber, obedecendo as especificações, cláusulas e condições a seguir mencionadas, para **Contratação de empresa especializada para construção de Estação Pressurizada de Água Tratada – EPAT na ETA-A, situada na Rua Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, s/n, Vila Cacilda, Jundiaí-SP, conforme bases, condições e especificações discriminadas no presente Edital e Anexos.**

O empreendimento será suportado através de Contrato firmado entre DAE S/A – Água e Esgoto, Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal, recursos oriundos do Contrato nº **0505.669-89/2018**. As despesas decorrentes da presente licitação estão classificadas sob a responsabilidade da conta gerencial: 8.6.1.17 - Gerência de Obras Civas, conforme PA-2018-DOP-050. Origem do Recurso: **Vinculada DAE (Recursos Próprios)** e **Vinculada ao IN29 – Saneamento para Todos – Benfeitorias e Modernização dos Sistemas para Ampliação da Capacidade de Tratamento de Água da ETA-A.**

Faz saber ainda que os envelopes contendo os documentos de HABILITAÇÃO e PROPOSTA de preços deverão ser, **obrigatoriamente, entregues simultaneamente e protocolizados na Seção de Compras e Licitações, na Sede da DAE S/A**, andar térreo do Prédio Administrativo, situada na Rodovia Vereador Geraldo Dias, 1500, Vila Hortolândia, CEP 13214-311, em Jundiaí/SP, até a data e horário agendados para abertura dos trabalhos.

A sessão pública de abertura dos trabalhos da Comissão Permanente de Licitações será na **Sala de Licitações**, na Sede da DAE S/A, endereço acima, **às 14:00 horas** do dia **08/01/2019**, quando serão abertos os envelopes de habilitação.

Não serão recebidos documentos e/ou propostas encaminhadas em horário posterior ou por outro meio que não o aqui estabelecido.

PRIMEIRA PARTE
DO EDITAL

Seção I – Das Disposições Preliminares

1. Poderão participar do presente certame licitatório as empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.
2. É vedada a participação:
 - 2.1. de empresas reunidas em consórcio;

- 2.2. de empresas declaradas inidôneas por ato do Poder Público;
- 2.3. de empresas em regime de falência, recuperação judicial ou extrajudicial sem o plano de recuperação devidamente homologado pelo juízo competente, bem como em processo de dissolução ou liquidação;
- 2.4. de empresas suspensas de participação em licitação da DAE S/A.

Seção II - Do Objeto

3. Contratação de empresa especializada para construção de Estação Pressurizada de Água Tratada – EPAT na ETA-A, situada na Rua Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, s/n, Vila Cacilda, Jundiaí-SP, conforme bases, condições e especificações discriminadas no presente Edital e Anexos.

Anexo I – Memorial Descritivo;

Anexo II - Planilha de Preço Base e Cronograma Físico-Financeiro;

Anexo III – Proposta de Preço e Cronograma Físico-Financeiro;

Anexo IV - Normas Gerais;

Anexo V - Minuta de Contrato;

Anexo VI - Termo de Ciência de Notificação;

Anexo VII – Modelo de Declaração Empresa ME, EPP ou COOP;

Anexo VIII - Modelo de Declaração do Menor;

Anexo IX – “Modelo Planilha Detalhada de Composição dos Preços Unitários”;

Anexo X – Projetos / Elementos Técnicos.

Seção III - Da Apresentação dos Envelopes

4. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em envelope fechado, indicando na parte externa o número desta licitação, a razão social da licitante e a expressão **ENVELOPE A – “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”** contendo os documentos relacionados na Seção IV - “Da Documentação de Habilitação” deste edital, devendo estar, preferencialmente, dispostos ordenadamente, numerados sequencialmente e encadernados.

4.1. Para facilidade no manuseio e arquivo, recomenda-se que a encadernação seja de 2 (dois) furos, evitando-se brochuras, espiral ou grampeamentos.

4.2. Os documentos deverão ser apresentados em 01 (uma) via no original, ou por qualquer processo de **cópia autenticada** por cartório competente ou publicação em órgão de imprensa oficial, salvo quando especificado no próprio documento que sua validade depende da apresentação no original.

4.3. Para os documentos que são válidos somente mediante consulta on-line, junto aos Órgãos competentes, poderão ser apresentados documentos impressos através do sistema informatizado respectivo e que serão conferidos junto aos “sites” de cada órgão pela Comissão.

4.4. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

4.5. Os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de Lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua expedição.

4.6. **Excepcionalmente, a critério** da Comissão Permanente de Licitações, observada a razoabilidade, servidor da DAE S/A, integrante da Comissão Permanente de Licitações ou lotado na Seção de Compras e Licitações, poderá autenticar cópia a partir de original fornecido, durante a sessão de abertura desta licitação.

4.7. Serão aceitas certidões nos limites de sua validade. Quando não especificada qualquer validade na certidão, estas deverão ter sido expedidas num prazo não superior a 90 (noventa) dias da data prevista para a apresentação das propostas.

5. Além dos documentos citados na Seção IV poderá a empresa apresentar procuração constituindo a pessoa que representará a interessada na licitação, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para receber intimações e, eventualmente, desistir de recursos.

5.1. A não apresentação da procuração não será motivo de inabilitação/desclassificação, impedindo a licitante tão somente de se manifestar durante os trabalhos de julgamento, salvo nos casos em que os documentos e/ou a proposta sejam assinados por procurador, hipóteses nas quais a procuração deverá acompanhar a documentação, sob pena de inabilitação ou desclassificação, conforme o caso.

5.2. As procurações serão retidas pela Comissão Julgadora e juntadas ao respectivo processo de licitação.

6. A proposta de preços deverá ser apresentada em envelope fechado, indicando na parte externa o número desta licitação, a razão social da licitante e a expressão **ENVELOPES B “PROPOSTA DE PREÇOS”** contendo os elementos relacionados na Seção V – “Da Proposta de Preços”, deste edital.

Seção IV - Da Documentação de Habilitação

7. No **Envelope A - “Documentos de Habilitação”** deverão ser apresentados os seguintes documentos:

7.1. Habilitação Jurídica:

7.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

7.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2. Qualificação Técnica da Licitante:

7.2.1. Comprovação de registro e regularidade da licitante na entidade profissional competente, CREA.

7.2.2. Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) o desempenho de atividade pertinente, compatível ou similar em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, com quantitativos mínimos de 50% da execução pretendida, conforme Súmula nº 24 do TCESP.

7.2.2.1. Deverão constar no(s) referido(s) atestado(s) ou certidão(ões) a identificação e localização da obra ou serviço e o(s) mesmo(s) deverá(ão) estar devidamente certificado(s) pelo CREA.

7.2.2.2. Para atender o disposto no item 7.2.2 será sempre admitida a comprovação de aptidão através de atestado(s) ou certidão(ões) de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

7.2.2.3. O(s) atestados deverá(ão) conter:

- a) identificação da pessoa jurídica emitente com CNPJ;
- b) nome e cargo do signatário;
- c) endereço completo do emitente;
- d) período do contrato;
- e) objeto contratual;
- f) outras informações técnicas necessárias e suficientes para a avaliação das experiências referenciadas pela Comissão Permanente de Licitações.

7.2.3. Declaração de que, caso seja vencedora da licitação, apresentará no momento da assinatura do contrato, relação explícita disponibilidade do aparelhamento, do pessoal técnico especializado em turnos de trabalho necessários para o cumprimento do objeto desta licitação.

7.2.3.1. Declaração de que, caso seja vencedora da licitação, apresentará no momento do recebimento da Ordem de Serviço, Cópia do Registro do Técnico de Segurança do Trabalho no SESMT – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, conforme Norma Regulamentadora NR4.

7.2.3.1.1. Declaração de que, só colocará em serviço, funcionários com a respectiva credencial emitida pela GST, conforme item 43 do Edital.

7.2.4. Declaração de que a empresa tomou conhecimento de todas as informações e interferências técnicas, bem como das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto da presente licitação. Caso julgue necessário, a licitante poderá requerer visita técnica com acompanhamento da **Gerência de Obras Cívicas (GOC/SPO)**, que deverá ser realizada até o último dia útil antes da abertura da licitação mediante prévio agendamento, com **Srta. Nathânia, através do telefone: (11) 4589-1369**, das 8:00 às 16:00 horas, para conhecimento dos locais, instalações e condições pertinentes à elaboração da proposta.

7.3. Qualificação Técnico-Profissional:

7.3.1. Declaração indicando o responsável técnico pela execução da obra, que deverá ser profissional de nível superior devidamente habilitado conforme as atribuições aprovadas pelo conselho da respectiva classe;

7.3.2. Comprovação de vínculo entre o responsável técnico e a licitante através da apresentação de cópia do Contrato Social, ou Contrato de Trabalho, ou registro em Carteira do Trabalho e Previdência Social acompanhada da Ficha de Registro de Empregado com carimbo e número de registro do Ministério do Trabalho ou outro documento hábil;

7.3.3. Comprovação de registro e regularidade do responsável técnico na entidade profissional competente;

7.3.4. Comprovação da capacitação do responsável técnico através da apresentação de atestados de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes ou superiores ao objeto desta licitação, devidamente registrados no Conselho de Classe.

7.3.5. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, acima citados, deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que comprovado por acervo técnico e com prévia aprovação pelo órgão gestor do contrato.

7.4. Qualificação Econômico-Financeira:

7.4.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

7.4.1.2. Somente as empresas que ainda não complementaram seu primeiro exercício fiscal, poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira através de balancetes mensais, conforme o disposto na Lei Federal 8.541/92.

7.4.2. Certidão negativa de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data da apresentação.

7.4.2.1. No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, detentoras de certidão positiva, deverá apresentar, para efeitos de habilitação no certame, Plano de Recuperação devidamente homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, nos termos da Súmula nº50 do TCESP.

7.4.3. Comprovação de boa situação financeira da empresa será feita através do cálculo do seguinte índice:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \quad \geq 1$$

7.4.3.1. Comprovação de capital mínimo registrado e realizado de R\$ 136.740,90 (cento e trinta e seis mil, setecentos e quarenta reais e noventa centavos), através do contrato social registrado ou certidão expedida pela Junta Comercial. A comprovação deverá ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

7.4.4. Os interessados deverão prestar garantia de participação, nas modalidades previstas no "caput" e § 1º, do artigo 56, da Lei Federal nº 8.666/93, de modo que o valor total atinja R\$ 13.674,09 (treze mil, seiscentos e setenta e quatro reais e nove centavos), correspondentes a 1% do valor estimado para a presente contratação, consoante o disposto no artigo 31, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93.

a) Caso a licitante opte pelo pagamento da garantia em moeda, deverá fazê-lo por meio de depósito bancário junto ao Banco Santander S/A - Agência 0040 Jundiá - c/c 13.003682-9.

b) O comprovante do recolhimento da garantia deverá ser apresentado com a documentação de habilitação, nos termos da Súmula nº 38 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

c) A garantia prestada será restituída após a conclusão da licitação.

7.5. Regularidade Fiscal e Trabalhista

7.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e de Situação Cadastral, comprovando situação ativa;

7.5.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.5.3. Certidão conjunta negativa de débitos ou positiva com efeitos de negativa relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e às Contribuições Previdenciárias (INSS), expedida pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com validade na data da apresentação (certidão que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN).

7.5.4. Certidão negativa de débito com a Fazenda Municipal ou positiva com efeitos de negativa referente à regularidade mobiliária, pertinente ao objeto licitado, observada a validade aposta no documento.

7.5.5. Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, através de certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF, com validade na data da apresentação.

7.5.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.5.7. Empresas na Condição de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Sociedades Cooperativas (COOP).

7.5.7.1. As empresas nas condições de ME e EPP (enquadradas no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, desde que não estejam incluídas nas vedações previstas no § 4º do mesmo artigo) e COOP (conforme o artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/07), que apresentem restrições com relação à regularidade fiscal e trabalhista deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.5.7.1.2. Na hipótese da ME, EPP ou COOP apresentarem restrições quanto à regularidade fiscal e trabalhista, a licitante ficará na condição de “Classificada Provisória” no certame, podendo ser dado prosseguimento aos atos subsequentes da licitação.

7.5.7.1.3. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, caso a licitante se sagre vencedora, deverá ser efetuada com o envio da documentação devidamente regular no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do momento em que a empresa for declarada vencedora do certame, ou seja, a contar do término do prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis referentes ao ato de

adjudicação devidamente divulgado ou após a decisão dos recursos (e antes do ato de homologação), prazos e publicações essas que deverão ser acompanhados pelo licitante.

7.5.7.1.4. Esse prazo para regularização poderá ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, a critério da Administração, mediante solicitação da empresa.

7.5.7.1.5. A não regularização dentro do prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, ficando facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

7.5.7.1.6. Para usufruir dos benefícios da LC 123/06, juntamente com os **documentos de habilitação**, a licitante deverá apresentar “Declaração”, sob penas da lei, conforme modelo no **Anexo VII**, devidamente assinada em conjunto pelo responsável legal da empresa e pelo contador, demonstrando que se constitui em ME, EPP ou COOP, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 123/06 e da Lei Federal n.º 11.488/07, (na hipótese de Cooperativa) e que não apresenta nenhuma das restrições do regime diferenciado e favorecido, dispostas, no art. 3.º, § 4.º da Lei, comprometendo-se a informar a Administração caso perca essa qualificação.

7.6. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal

7.6.1. Declaração para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n. 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, exceto a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, conforme Anexo VIII – Modelo de Declaração do Menor.

7.7. A simples participação nesta licitação configura “**Declaração**”, sob as penas da lei, onde a empresa se obriga a manter, durante todo o período da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação neste certame, e de que mantém íntegra a sua idoneidade perante os órgãos das Administrações Públicas Federal, Estadual e Municipal.

7.8. Complementarmente à análise da documentação de habilitação, será verificada ainda a situação da licitante quanto à eventual existência de sanção administrativa, por meio de consulta no endereço eletrônico indicado a seguir:

7.8.1. Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo: <http://www4.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relacao-de-apanados>

8. Serão inabilitadas as licitantes que:

8.1. Apresentarem a documentação exigida neste edital de forma incompleta ou com qualquer documento ilegível, rasurado de maneira a efetivamente prejudicar a inteligência dos documentos ou com data de validade vencida;

8.2. Não atenderem a todos os requisitos exigidos neste edital, relativos: à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica;

8.3. Apresentarem os documentos solicitados na forma de protocolo, ou se estiverem com prazo de validade vencido.

Seção V - Da Proposta de Preços

9. No **Envelope B - “Proposta de Preços”** deverá ser apresentada a proposta, conforme modelo integrante deste Edital, assinada por representante legal da licitante.

9.1. Preços unitários e totais para a execução da obra, baseados nos critérios orçamentários do **Anexo III – Planilha “Proposta de Preços”**, inclusos todos os impostos, taxas, despesas, lucro e insumos pertinentes.

9.1.1. Os valores Unitários da Proposta de Preços não poderão exceder os preços unitários constantes do **Anexo II – Planilha de Preço Base**, fixado pela Administração (sob pena de inabilitação), em conformidade com os projetos anexos a este Edital.

9.1.2. Para efeito de julgamento da Proposta Vencedora do Certame:

9.1.2.1. Será considerado o **“MENOR VALOR GLOBAL”**, sob o regime de empreitada por preço unitário, observando que a execução dos serviços será medida através “dos preços unitários constantes do **Anexo III – Planilha “Proposta de Preços”**”.

9.1.2.2. As planilhas orçamentárias propostas serão conferidas pela DAE S/A Água e Esgoto, e havendo qualquer divergência de valores, serão considerados os preços unitários ofertados para obtenção do preço global.

9.1.2.3. Não é obrigatória a apresentação de Planilha Detalhada de Composição dos Preços Unitários ofertados junto à proposta de preços, porém esta pode ser exigida a qualquer tempo pela DAE S/A.

9.1.2.4. Caso tal planilha seja solicitada, será concedido prazo e esta deverá apresentar todos os insumos e demais despesas que incidem no preço ofertado, conforme **“MODELO – Planilha Detalhada de Composição dos Preços Unitários”** disponibilizada, do **Anexo IX**.

9.1.2.5. A Planilha Detalhada de Composição dos Preços Unitários poderá ser usada como elemento para decisão acerca da aceitação ou não da respectiva proposta de preços.

9.2. Deverá constar o prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega da proposta.

10. A apresentação da proposta implica na aceitação, por parte da licitante, de todas as especificações, cláusulas e condições estipuladas neste Edital, sendo que a apresentação de qualquer outra fórmula ou condição sujeitará a rejeição da proposta.

11. As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas, não cabendo responsabilidade por tais custos a outrem, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos nesta licitação ou seus resultados.

12. As propostas analisadas e consideradas aceitáveis pela Comissão de Licitações serão relacionadas em ordem crescente de valor, sendo classificada em primeiro lugar aquela que apresentar o menor valor global.

12.1. Em havendo a participação de licitantes enquadradas e identificadas (mediante declaração) como ME, EPP e COOP, caso se apresentem em situação de empate com empresa de condição jurídica diversa, assim consideradas as detentoras de propostas que apresentam valores de até 10% (dez por cento) acima da proposta mais bem classificada, poderão reduzir seus

preços em valor inferior àquela que estiver em primeiro lugar, na ordem de classificação, ocasião em que será declarada a vencedora do item, restando apenas eventuais demonstrações quanto aos requisitos de habilitação para posterior adjudicação.

12.2. Para tanto, encerrada a etapa de classificação das propostas, a licitante será convocada para que possa apresentar nova proposta com valor inferior ao oferecido pela primeira colocada em cada item, sob pena de preclusão.

12.3. Essa convocação poderá se dar na sessão de abertura, caso haja possibilidade de julgamento das propostas naquele momento, ou via comunicação com a empresa em ato posterior (fone, fax, e-mail ou outro meio de comunicação disponível), caso o julgamento seja feito após a sessão de abertura.

12.4. Caso o representante da licitante não se faça presente na sessão de abertura, a DAE S/A fará a convocação da empresa por fone, fax, e-mail ou outro meio de comunicação disponível, para o exercício do direito.

12.5. Essa comunicação terá prazo de resposta a ser estipulado pela DAE S/A, e não poderá exceder a 02 (dois) dias úteis.

12.6. Se a primeira empatada não reduzir os preços no prazo concedido, haverá a convocação da segunda classificada empatada, na forma e prazo acima estipulados, para que reduza o valor do item, e assim sucessivamente, até que existam ME, EPP ou COOP na condição da "empatadas" em cada item ou alguma delas concorde com a redução do valor.

12.7. No caso de equivalência dos valores apresentados pela ME, EPP ou COOP que se encontrarem como "empatadas", a DAE S/A realizará sorteio na sessão de abertura para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

12.8. Na hipótese de não contratação nos termos do item anterior, o objeto da licitação será adjudicado em favor da proposta originariamente vencedora do certame.

12.9. Os critérios para o desempate nos termos da Lei Complementar n.º 123/06 somente serão aplicados quando o melhor lance já não tiver sido apresentado por uma ME, EPP ou COOP.

12.10. Para a utilização dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/06, a licitante interessada deverá manter-se informada durante todo o processamento da licitação, até a sua conclusão, observando as orientações dadas pela DAE S/A via ata de abertura e comunicações, e pelo edital, respeitando os prazos estabelecidos, ficando como única responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância dessas orientações.

13. Em caso de empate far-se-á sorteio em sessão pública, conforme disciplina o artigo 45, § 2º, da Lei de Licitações.

14. Serão desclassificadas as propostas que:

14.1. Não atenderem às exigências do edital desta licitação e seus anexos, por apresentarem-se incompletas ou com rasuras ressalvadas;

14.2. Forem manifestamente inexequíveis, conforme dispõe a lei.

Seção VI - Do Procedimento, Julgamento e Classificação

15. Esgotado o prazo estipulado no Preâmbulo a Comissão de Licitações dará início aos trabalhos preliminares em ato público, lavrando-se ata circunstanciada. Os trabalhos preliminares compreenderão:

15.1. A rubrica nos fechos dos envelopes “A” e, “B”, pelos Membros da Comissão de Licitações e pelos representantes credenciados das licitantes presentes, recebidos conforme previsto no Preâmbulo;

15.2. A abertura do **envelope A – “Documentação de Habilitação”** pelo Presidente da Comissão de Licitações. O envelope B – “Proposta de Preços” serão mantidos inviolados;

15.3. A vista e rubrica dos documentos contidos nos envelopes “A” pelos Membros da Comissão de Licitações e pelos representantes das licitantes presentes;

15.4. Um dos Membros da Comissão de Licitações encarregar-se-á da lavratura e subscrição da ata circunstanciada da sessão, a qual será subscrita também pelos demais Membros da Comissão e pelos representantes das licitantes presentes;

15.5. Havendo desistência expressa de todos os representantes presentes à sessão, a quaisquer recursos, o Presidente da Comissão poderá abrir o Envelope B – Proposta de Preços” das licitantes habilitadas, procedendo-se conforme o item 18. Caso contrário proceder-se-á de acordo com os itens seguintes.

16. Juntados ao processo os documentos apresentados, os envelopes B – “Proposta de Preços” e a ata circunstanciada, os trabalhos serão encerrados e as licitantes dispensadas.

17. A análise da documentação de habilitação será feita pela Comissão de Licitações mediante convocação de seu Presidente e com base nos critérios constantes da Seção IV - "Da Documentação de Habilitação", reservando-se o direito de comprovações e/ou diligências, publicando-se o resultado na forma da lei.

17.1. Decorrido o prazo recursal sem interposição de recursos ou após sua denegação, devolver-se-ão inviolados às licitantes inabilitadas os Envelopes “B” contendo as respectivas propostas de preços.

18. Em nova sessão pública o Presidente da Comissão de Licitações procederá à abertura dos **envelopes B – “Proposta de Preços”**, das licitantes habilitadas.

18.1. As propostas serão vistas e rubricadas pelos Membros da Comissão e pelos representantes das licitantes presentes.

18.2. Com as propostas juntar-se-á ao processo a ata lavrada e assinada pelos presentes, nos termos do item 15.4, encerrando-se os trabalhos e dispensando-se os representantes das licitantes.

19. O julgamento e classificação das propostas far-se-á mediante convocação do Presidente da Comissão de Licitações com base nos critérios constantes da Seção V - “Da Proposta de Preços”, publicando-se o resultado na forma da lei.

Seção VII - Da Homologação e Adjudicação

20. Efetuada a escolha da melhor proposta, a Comissão de Licitações apontará a licitante vencedora, nos termos do item anterior.

21. Decorrido o prazo recursal, a Comissão de Licitações encaminhará o processo à autoridade competente para homologar o certame e convocar a adjudicatária a assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento licitatório.

21.1. Se a convocada não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, a Comissão poderá convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira colocada, inclusive quanto ao preço.

21.2. A Comissão de Licitações poderá, ainda, requerer à autoridade competente a revogação da licitação.

22. O resultado do julgamento das propostas, com a adjudicação para a licitante vencedora, será divulgado na forma prevista em Lei.

Seção VIII - Dos Recursos

23. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

23.1. Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

23.1.1. Habilitação ou inabilitação das licitantes, com efeito suspensivo;

23.1.2. Julgamento das propostas, com efeito suspensivo;

23.1.3. Anulação ou revogação da licitação;

23.1.4. Rescisão do contrato, nos termos da Lei;

23.1.5. Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

23.2. Representação, no prazo legal, da decisão relacionada com o objeto da licitação ou contrato, da qual não caiba recurso hierárquico.

23.3. Pedido de reconsideração de decisão do Diretor Presidente, na hipótese do § 3º do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, no prazo legal.

24. Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão de Licitações, conforme determina o artigo 109, § 4º, da Lei Federal 8.666/93, que à vista das razões recursais poderá:

24.1. Reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou;

24.2. Nesse mesmo prazo fazê-lo subir ao Diretor Presidente devidamente informado, caso em que a decisão deverá ser proferida em 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso.

25. Interposto o recurso, será comunicado às demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

SEGUNDA PARTE

DO CONTRATO

Seção I - Da Contratação

26. Após a adjudicação, a DAE S/A convocará o vencedor para que este assine o termo de contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação. Em caso de não comparecimento do convocado, o que caracteriza a recusa injustificada do adjudicatário, levará a Administração a convocar as licitantes remanescentes, em ordem de classificação, nas mesmas condições do primeiro, bem como poderá revogar todo o procedimento, porque tal acontecimento caracteriza o descumprimento total da obrigação, levando o infrator às penas da lei. O prazo acima estabelecido poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, desde que seja alegado fato relevante, comunicado à Administração, e essa o aceite.

Seção II - Das Garantias

27. Para a assinatura deste contrato, será exigida prestação de garantia sob uma das modalidades previstas no Art. 56 da Lei de Licitações, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

27.1. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato.

Seção III – Das Responsabilidades da Contratada

28. A Contratada, antes do início dos serviços, deverá apresentar à DAE S/A a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) relativa à obra, devidamente preenchida e paga.

29. A Contratada é responsável pela solidez das obras executadas nos termos dispostos no artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

30. Seja qual for a modalidade da garantia apresentada, não se isenta a Contratada da responsabilidade estabelecida pelo artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

31. Quando do início dos serviços, a Contratada deverá indicar oficialmente um profissional devidamente habilitado – CREA – que terá competência para receber as informações da Contratante e repassá-las a quem de direito, ressalvadas as decisões administrativas e contratuais a serem realizadas pelas pessoas indicadas no contrato social e ou ata do conselho deliberativo.

31.1. Todos os serviços deverão ser executados em consonância com projetos, diretrizes e orientações fornecidos pela Contratante, as prescrições contidas nas especificações dos anexos I, II, III e IV do edital, as Normas Técnicas da ABNT

(Associação Brasileira de Normas Técnicas) – NB 126 e Normas de Trânsito pertinentes ao município. Na existência de serviços não especificados, a Contratada somente poderá executá-los após a aprovação da Contratante.

31.2. A Contratada será responsável pela construção, instalação e manutenção do canteiro de obras, devendo o local escolhido ser aprovado pela Contratante. Não caberá a Contratante em hipótese alguma, ônus ou responsabilidade decorrentes da locação, manutenção e acesso a área escolhida.

31.3. A empresa contratada deverá dispor de todos os equipamentos e tecnologia necessária para execução dos serviços com todas as técnicas adequadas, respeitando o projeto executivo que faz parte do Anexo I do Edital.

31.4. Face a possibilidade de alterações na metodologia executiva da empresa contratada, não será permitido o aumento de quantidades junto aos serviços previstos na planilha de referência ou criação de novos serviços não previstos nesse termo, devendo a contratada realizar a avaliação do escopo da obra e suas exigências técnicas para a sua plena execução.

32. A Contratada manterá todos os seus empregados uniformizados e se responsabilizará pela utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI), essencial na execução da obra.

33. A Contratada não utilizará em nenhuma hipótese qualquer servidor da administração direta ou indireta da municipalidade, a partir da data da publicação deste edital em diante, nem mesmo em gozo de férias ou licença sob qualquer título.

34. A Contratada deverá ter pleno conhecimento dos locais, condições em que serão executados os serviços dos materiais a serem utilizados na obra, bem como dos processos e normas para sua execução, comprometendo-se a alocar os meios e equipamentos necessários.

35. A responsabilidade em caso de acidentes do trabalho e seguros previstos em lei é exclusivamente da Contratada.

36. A responsabilidade em caso de danos materiais e/ou pessoais causados a terceiros em virtude da execução do contrato compete exclusivamente à Contratada.

37. Todos os encargos sociais, tributários e trabalhistas são de responsabilidade da Contratada.

38. Obriga-se a Contratada a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou utilização de técnicas ou materiais inadequados.

Seção IV - Da Execução Contratual

39. O prazo para execução dos serviços é de 150 (cento e cinquenta) dias conforme cronograma Físico-Financeiro, a contar do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela DOP/GOC (**Diretoria de Operações / Gerência de Obras Cíveis**).

39.1. A contratada deverá apresentar no ato da assinatura do contrato, Planilha Detalhada da Composição dos Preços Unitários contratados.

39.2. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço emitida pela **DOP/GOC (Diretoria de Operações / Gerência de Obras Cíveis)**.

40. No caso de ser registrada em outros estados da federação, para a assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá apresentar visto do CREA/SP em seus registros.

41. A Contratada deverá comunicar e justificar à Contratante, por escrito, qualquer atraso previsto em relação aos prazos definidos no contrato, bem como a previsão de novos prazos. O julgamento ficará a juízo da Contratante que poderá aplicar as penalidades previstas em lei.

42. Admitida subcontratação **PARCIAL** dos serviços, mediante autorização formal e expressa a ser emitida pela DOP – Diretoria de Operações, desde que as empreiteiras atendam as mesmas condições estipuladas no edital / contrato, no tocante a qualificação técnica, legislação tributária e trabalhista.

42.1. A subcontratação dos serviços, objeto desta licitação, só poderá ocorrer, única e exclusivamente mediante autorização expressa da CONTRATANTE.

42.2. A empresa SUBCONTRATADA deverá atender todos os requisitos de habilitação solicitados no edital.

42.3. A subcontratação deve, necessariamente, atender na íntegra a todas as exigências do contrato em vigor, entre a DAE e a Contratada.

42.4. Penalidades e/ou multas contratuais serão aplicadas diretamente à empresa CONTRATADA, conforme Seção VII – Das Penalidades.

43. A empresa deverá enviar a **GST (Gerência de Segurança do Trabalho)**, antes do início da obra, os documentos relacionados abaixo:

- Apresentar, por ocasião da assinatura do contrato, a relação nominal dos empregados na execução dos serviços, acompanhada de cópia autenticada das fichas de registro com chancela do Ministério do Trabalho de todos os funcionários que estarão à disposição para execução do contrato;
- Cópia devidamente protocolada de comunicação prévia a Delegacia Regional do Trabalho, nos termos do item 18.2, subitens “a” e “e” da Norma Regulamentadora 18, da Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978;
- Ficha de registro dos funcionários, com foto, data de admissão e função dos mesmos, atualizada;
- CTPS do funcionário, com foto, data de admissão e função do mesmo, atualizada;
- Relação de empregados (RE) e respectivas funções;
- Ata de evento de integração, devidamente assinada pelos participantes;
- Recibo de entrega de Uniforme e EPI/EPC, individual c/ assinatura do funcionário, inclusive recibo de que o funcionário recebeu treinamento quanto ao uso correto de EPI/EPC (Nome do funcionário, CA do produto, data da entrega, validade, data da devolução);
- Comprovante de pagamento de insalubridade, se o caso;
- Apresentar Ordens de Serviço e Análise Preliminar de Riscos, conforme preceitua a NR 01, de cada funcionário, bem como a comprovação de seu treinamento;

- Apresentar avaliações de proteções de máquinas, conforme preceitua as NR's 10 e 12;
- PPRA, referente à atividade a ser desenvolvida pelos funcionários na contratada, conforme preceitua a NR 9;
- PCMSO, conforme preceitua a NR 7;
- ASO (atestado de saúde ocupacional) dos funcionários, válidos. Constando aptidão para trabalho em altura, espaço confinado e eletricidade, se o caso;
- Certificado de Treinamento para trabalho em instalações e serviços com eletricidade – NR 10. Certificado é individual. E treinamento para soldador, se o caso;
- Certificado de Treinamento para trabalho com máquinas e equipamentos – NR 12. Certificado é individual. E treinamento para soldador, se o caso;
- PCMAT, conforme preceitua a NR 18 – Condições e Meio Ambiente do Trabalho na indústria da Construção, na sua plenitude, em todas as etapas da obra;
- Certificado de Treinamento para Trabalho em Espaços Confinados, conforme NR 33. Certificado é individual. Deve constar no PCMSO/ASO, a aptidão para trabalho em espaço confinado. Se o caso;
- Certificado de Treinamento para Trabalho em Altura, conforme NR 35. Certificado é individual. Deve constar no PCMSO/ASO, a aptidão para trabalho em altura. Se o caso;
- ART – Anotação de Responsabilidade Técnica do Engenheiro Responsável pela execução;
- PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) – término da obra – antes do último pagamento;
- Em caso de acidente do trabalho, a Contratante deverá receber, obrigatoriamente, cópia da CAT (Comunicação de Acidente do Trabalho), registrado no INSS, em até 48 (quarenta e oito) horas do ocorrido. Acidente do Trabalho entende-se, também, o de Trajeto/Percurso.

43.1. Esta documentação deverá ser entregue a Gerência de Segurança do Trabalho com antecedência **mínima** de **15** (quinze) dias do início da obra, para conferência dos mesmos.

43.2. NOTA: Aceita a documentação relativa aos funcionários, a GST emitirá uma CREDENCIAL individual para cada funcionário habilitado, de posse da CREDENCIAL, o funcionário estará habilitado para a execução dos serviços do contrato.

44. A CONTRATADA deverá enviar à GOC (Gerência de Obras Civis) antes da primeira e demais medições, a seguinte documentação para verificação e guarda:

- Cartão de ponto do funcionário, devidamente assinado;
- Recibo de compra do vale transporte, bem como da sua entrega aos funcionários;
- Recibo de compra da cesta básica, bem como da sua entrega aos funcionários;
- Folha de pagamento da obra (ou holerites);
- Cópia GFIP/ SEFIP específica para serviço prestado a DAE S/A;
- Guia de Protocolo de conectividade Social;
- Certidão Negativa de Débito da Previdência Social;
- Cópia do holerite onde comprove-se o pagamento de insalubridade ou periculosidade aos funcionários, conforme atividade desenvolvida, amparada em legislação vigente;
- CEI – Cadastro Específico do INSS.

45. Documentos cuja entrega será obrigatória para fins de fiscalização

- Rescisão Contratual, quando houver, e cópia do PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário). Para os casos de rescisão inferior a 01 ano, a empresa deverá enviar cópia do termo e o comprovante de depósito;
- Documentação de contratação de novos funcionários, conforme entregue antes do início da obra (se houver).

46. A execução dos serviços será fiscalizada por servidores da **GOC** (Gerência de Obras Civas) / **GST** (Gerência de Segurança do Trabalho), da Contratante, devidamente designados, ou por técnicos por esta credenciada.

46.1. A Contratante reserva-se o direito de exigir a retirada ou à substituição dos empregados da Contratada quando, a seu critério forem julgados inconvenientes ao exercício de suas funções, por conduta moral ou funcional inadequada, bem como por simples irreverência, além de inaptidão, mesmo relativa, para os serviços contratados.

47. Concluídos os serviços, a Contratante procederá ao seu recebimento provisório. Durante o prazo de observação de 90 (noventa) dias, obriga-se a Contratada a fazer, às suas expensas, as substituições e/ou reparações porventura reclamadas.

47.1. Somente após o recebimento definitivo, que será efetuado pela Contratante 90 (noventa) dias após o recebimento provisório, poderá a Contratada levantar a garantia prestada para a assinatura do contrato, desde que não haja vícios ou defeitos.

48. Qualquer modificação na estrutura da Contratada, tais como a transformação, fusão, cisão ou incorporação, somente motivarão a rescisão do contrato quando prejudicar-lhe a execução.

49. Durante a vigência a CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que se fizerem necessárias, ao objeto do contrato nos limites estabelecidos na Lei, dispostos no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, e só serão levados a efeito mediante expressa autorização da DOP/GOC – Diretoria de Operações / Gerência de Obras Civas e elaboração de termo de aditamento.

50. Mantidas as demais cláusulas do presente ajuste, poderá haver prorrogação de prazo, desde que seja assegurando o equilíbrio econômico-financeiro nas condições previstas no artigo 57, § 1º. da Lei 8.666/93. Caso haja necessidade da inclusão de novos preços unitários, serão tomados por base os preços unitários dos seguintes banco de dados – pela ordem – SINAPI, SABESP, SIURB, CPOS e PINI, acrescidos do BDI indicado na planilha de preço base, descontando-se o percentual de desconto ofertado por ocasião da licitação. Na falta destes, composição de comum acordo, baseadas em no mínimo 03 cotações.

Seção V - Da Forma de Pagamento

51. As medições serão mensais, sendo apurado “in loco” pela fiscalização da DAE S/A e/ou por ela credenciada, com aferição dos serviços efetivamente executados no período, quantidades e valores serão conferidos com a planilha componente do contrato, sendo liberado exatamente o que foi executado.

51.1. A análise e aprovação das medições deverão ser feitas pelos engenheiros gestores da DAE S/A e/ou equipe técnica por ela credenciada em até 05 (cinco) dias úteis após a apresentação das mesmas.

51.1.2. Efetuada a aprovação pela DAE S/A – Água e Esgoto, a medição será encaminhada juntamente com toda a documentação pertinente à Caixa Econômica Federal – Agente Financeiro da Obra (preposto do Ministério das Cidades), para análise e aprovação, que poderá ocorrer em até 20 (vinte) dias.

51.1.3. Após a aprovação da Caixa, a CONTRATADA deverá emitir e apresentar nota fiscal respectiva com as importâncias devidas pela execução da obra no período que serão pagas mensalmente pela DAE S/A, consignado ao repasse de verba da Caixa Econômica Federal em até 07 (sete) dias após a liberação do desembolso.

51.2. Quando da emissão da Nota Fiscal ou Fatura correspondente, a CONTRATADA deverá discriminar na Nota Fiscal o valor da mão-de-obra, material e/ou equipamento, sendo que o montante a ser considerado para fins de cálculo da retenção do percentual de 11% (onze por cento) sobre a prestação de serviços, destinado ao recolhimento à Previdência Social, da nota fiscal para os serviços de 50% (cinquenta por cento) do valor bruto da Nota Fiscal para os demais serviços, devendo a CONTRATADA discriminar tais valores na Nota Fiscal ou Fatura, bem como mencionar no corpo do citado documento o número CEI, conforme art. 150, I, e § 1º II, da Instrução Normativa INSS/DC nº 03, de 14 de julho de 2.005.

51.3. A CONTRATADA deverá destacar na Nota Fiscal ou Fatura o valor da retenção correspondente a 11% (onze por cento) do valor do serviço, com o título de “RETENÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL”, sendo que o destaque do valor retido deverá ser identificado após a descrição dos serviços prestados, conforme art. 154, § 1º, da Instrução Normativa INSS/DC nº 03, de 14 de julho de 2005, números: da Ordem de Compra, do contrato e processo administrativo da licitação, Plano de Ação e o número do contrato firmado com a Caixa Federal – **Contrato nº 0505.669-89/2018.**

51.4. A DAE S/A procederá ao recolhimento do valor retido correspondente ao percentual devido ao órgão previdenciário, até o dia 20 (vinte) do mês seguinte ao da emissão da nota fiscal ou Fatura, conforme art. 129 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009. Para tanto, a CONTRATADA deverá entregar cópia da Nota Fiscal, na Diretoria Financeira/Seção de Contas a Pagar e a Receber, até o último dia útil do mês da emissão da Nota Fiscal.

51.5. O pagamento dos serviços só será efetuado se a caução estiver em vigência, o que será verificado pela Seção de Contas a Pagar e a Receber, ocasião em que, havendo irregularidades ou se estiver próximo ao vencimento, a mesma emitirá AVISO a CONTRATADA, com cópia a DOP, solicitando sua regularização e renovação junto a CONTRATADA.

51.6. O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação de cópias devidamente autenticadas das guias de recolhimento do INSS e do FGTS correspondente ao mês da medição.

51.7. A falta da apresentação de qualquer documento previsto no edital e contrato, acarretará no atraso do pagamento até que a situação se normalize.

51.8. Será obrigatório que o diário de obra esteja no canteiro de obras para que os apontamentos sejam efetivados diariamente pelos servidores designados pelo gestor do contrato bem como ao final de cada período ou ao término deste sejam assinados tanto pela CONTRATANTE quanto pela CONTRATADA.

51.9. A CONTRATADA não estará autorizada a realizar serviços não previstos em planilha ou acréscimo aos já existentes sem autorização prévia, formal e expressa da DAE S/A.

51.10. Acréscimos ao contrato só serão realizados por meio de Termo Aditivo, até os limites previstos em lei, e serão concedidos após a análise por seus órgãos competentes e desde que haja a respectiva verba orçamentária correspondente, em comum acordo entre a Administração da DAE S/A e a CONTRATADA.

Seção VI – Do Reajuste de Preços

52. Os preços contratados serão fixos e irrealizáveis durante a vigência inicial da contratação.

52.1. Na hipótese de prorrogação do contrato, que ultrapasse o prazo de 12 (doze) meses de sua vigência, os preços contratados poderão ser reajustados utilizando-se como limite máximo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – INPC/IBGE, tendo como base a **data de apresentação da proposta vencedora da licitação.**

52.2. A concessão do reajuste deverá ser solicitada, por escrito, pela contratada concomitantemente à sua expressa concordância com a prorrogação da vigência contratual.

Seção VII - Das Penalidades

53. Ao vencedor adjudicado e contratado, que se tornar inadimplente pela prestação dos serviços, pela escusa ou descumprimento da sua garantia, como proposto e de acordo com o objeto da presente licitação, serão aplicadas as seguintes penalidades:

53.1. Advertência por escrito;

53.2. Multa de até 10 % sobre o valor do contrato, na dependência da gravidade do dano, tudo de acordo com a decisão da autoridade competente;

53.3. Suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, por período de até 24 (vinte e quatro) meses, sempre de acordo com a gravidade do fato e a decisão da autoridade competente;

53.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, até a reabilitação do contratado perante a autoridade que prolatou a decisão, sempre após o ressarcimento dos danos.

53.5. A sanção indicada no subitem 53.2 poderá ser aplicada conjuntamente com as estabelecidas pelos itens 53.1, 53.3 e 53.4 na dependência da falta cometida, a critério da Administração, tudo sem prejuízo da comunicação dos fatos ao Tribunal de Contas do Estado. Será garantido nesse caso, ao contratado, o exercício do direito estabelecido nos parágrafos 2º e 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e suas modificações posteriores.

Seção VIII - Da Rescisão

54. O contrato poderá ser rescindido, caso ocorra qualquer das hipóteses previstas nos arts. **77, 78, 79 e 80** da Lei nº 8.666/93, reconhecidos os direitos da Administração, nos termos do art. 77 da referida Lei.

TERCEIRA PARTE
FINAL

Seção Única - Das Disposições Finais

55. A Contratante reserva-se o direito de escolher a proposta que mais lhe for vantajosa, ou recusar todas, anulando ou revogando o procedimento, total ou parcialmente, se assim for interesse público, sem que caiba aos licitantes o direito a qualquer indenização.

56. É facultada à Comissão de Licitações ou ao Diretor Presidente da DAE S/A – Água e Esgoto a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo e vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

57. Quaisquer informações ou esclarecimentos acerca da presente licitação poderão ser obtidos pelos seguintes meios, de 2ª a 6ª feira, no horário das 8 às 16 horas, devendo conter a identificação do número da Licitação objeto da consulta:

a) Protocolo na **Seção de Compras e Licitações (COP)**: Rod Vereador Geraldo Dias n.º 1.500 – andar térreo – Vila Hortolândia – Jundiaí –SP – de 2ª a 6ª feira – das 8 às 16 horas.

b) e-mail: ou rosana.russo@daeijundiai.com.br

c) Fone: (11) 4589-1312 – (11) 4589-1315 – **Seção de Compras e Licitações**

57.1. Tal faculdade deverá ser exercida através de documento devidamente protocolado até 5 (cinco) dias úteis que antecederem a abertura dos envelopes de habilitação e os respectivos esclarecimentos serão prestados por escrito, no máximo em até 03 (três) dias úteis, e serão considerados anexos a este edital.

57.2. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência e dos envelopes com as propostas em concorrência pública, nos termos do artigo 41, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

57.3. Eventuais impugnações ao edital deverão estar devidamente fundamentadas e serem tempestivas, somente serão recebidas mediante protocolo na Rod Ver. Geraldo Dias n.º 1.500 – andar térreo – Seção de Compras e Licitações – V. Hortolândia – Jundiaí-SP de 2ª. a 6ª. feira, das 8 às 16 horas.

58. O recebimento de recursos será efetuado mediante protocolo junto à Seção de Compras e Licitações da DAE S/A (Rodovia Vereador Geraldo Dias, 1500, Vila Hortolândia, em Jundiaí/SP – andar térreo do Prédio Administrativo), no horário das 8:00 às 16:00 horas, observados os prazos previstos no artigo 109 da Lei 8.666/93.

58.1. Os recursos podem ser enviados via e-mail, dentro do prazo legal, desde que os documentos enviados sejam escaneados e assinados por representante legal.

58.1.2. Caso seja enviado por e-mail a licitante deverá protocolar o documento original na Seção de Compras da DAE S/A até em 02 (dois) dias úteis após o envio.

58.1.3. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados por fax e os que não atenderem o item **58.1.2.**

59. O empreendimento será suportado através de Contrato firmado entre DAE S/A – Água e Esgoto, Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal, recursos oriundos do Contrato nº **0505.669-89/2018**. As despesas decorrentes da presente licitação estão classificadas sob a responsabilidade da conta gerencial: 8.6.1.17 - Gerência de Obras Civas, conforme PA-2018-DOP-050. Origem do Recurso: **Vinculada DAE (Recursos Próprios)** e **Vinculada ao IN29 – Saneamento para Todos – Benfeitorias e Modernização dos Sistemas para Ampliação da Capacidade de Tratamento de Água da ETA-A.**

60. A DAE S/A informa, através da Decisão Normativa CAT nº 01 de 14/01/16, que não é contribuinte de ICMS.

61. Para dirimir questões oriundas do contrato firmado com a licitante vencedora e as questões relativas a este edital e seus anexos, fica eleito o foro da Comarca de Jundiaí.

62. Para que não se alegue ignorância e para que produza os devidos efeitos, faz baixar o presente edital, que terá aviso publicado na forma da lei.

Eduardo Santos Palhares
Diretor Presidente
DAE S/A Água e Esgoto

CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 019/2018

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para construção de Estação Pressurizada de Água Tratada – EPAT na ETA-A, situada na Rua Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, s/n, Vila Cacilda, Jundiaí-SP, conforme bases, condições e especificações discriminadas no presente Edital e Anexos.

PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo para execução dos serviços é de 150 (cento e cinquenta) dias a contar do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela GOC – Gerência de Obras Civas.

GESTOR DO CONTRATO: Jairo Lucas Ribeiro, contato: (11) 4589-1368 - e-mail: jairo@daejundiai.com.br

**ARQUIVO CONTENDO A ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – MEMORIAL DESCRITIVO SERÁ
DISPONIBILIZADO SEPARADAMENTE – TÍTULO: ANEXO I**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 019/2018

ANEXO II

PLANILHA DE PREÇO BASE e CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ARQUIVO DISPONIBILIZADO SEPARADAMENTE

CONCORRÊNCIA nº 019/2018

ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇO e CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ARQUIVO DISPONIBILIZADO SEPARADAMENTE

CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 019/2018

**ANEXO IV
NORMAS GERAIS**

1. RELACIONAMENTO EMPREITEIRA x DAE S/A

1.1 A obra será fiscalizada por intermédio de Engenheiro(s) ou Fiscal(is) de Obras e Instalações designado(s) pela DAE S/A – Água e Esgoto e respectivo auxiliares, elementos esses doravante indicados pelo nome de FISCALIZAÇÃO.

1.2 Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, por qualquer elemento da EMPREITEIRA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimentos das cláusulas e condições destas especificações e do Contrato, bem como de tudo que estiver contido no Projeto, nas Normas, Especificações e Métodos da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

1.3 Deverá a Empreiteira acatar de modo imediato as ordens da FISCALIZAÇÃO, dentro destas Especificações e do Contrato.

1.4 Ficam reservados à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso, omissos, não previsto no Contrato, nestas Especificações, no Projeto e em tudo o mais que de qualquer forma se relacione ou venha a se relacionar, direta ou indiretamente, com a obra em questão e seus complementos.

1.5 A EMPREITEIRA deverá permanentemente ter e colocar à disposição da FISCALIZAÇÃO os meios necessários e aptos a permitir a medição dos serviços executados, bem como a inspeção das instalações da obra, dos materiais e dos equipamentos, independentemente das inspeções de medições para efeito de faturamento e ainda, independentemente do estado da obra e do canteiro de trabalho.

1.6 A exigência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada diminuem a responsabilidade única, integral e exclusiva da EMPREITEIRA no que concerne as obras e suas implicações próximas ou remotas, sempre em conformidade com o Contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

1.7 A FISCALIZAÇÃO poderá exigir, a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas pela EMPREITEIRA, providências suplementares necessárias à segurança de terceiros e ao bom andamento da obra.

1.8 Pela EMPREITEIRA, a condução da obra ficará a cargo de um Engenheiro registrado no CREA-SP e devidamente identificado junto à Contratante, devendo ser auxiliado na condução dos trabalhos por pelo menos um Técnico de Saneamento/Edificações ou Agrimensura, registrado no CREA-SP, e identificado junto à FISCALIZAÇÃO. Deverá esse Técnico de Saneamento/Edificações ser auxiliado, em cada frente de trabalho, por um encarregado devidamente habilitado. É obrigatória a presença diária do Técnico de Saneamento/ Edificações ou Agrimensura nas frentes de obras, devendo registrar essa presença no “Diário de Obras”.

1.9 Todas as ordens dadas pela FISCALIZAÇÃO ao(s) condutor(es) da obra serão consideradas como se fossem dirigidas diretamente à EMPREITEIRA; por outro lado, todo e qualquer ato efetuado ou disposição tomada pelo(s) referido(s) Engenheiro(s), ou ainda omissões de responsabilidade do(s) mesmo(s), serão consideradas para todo e qualquer efeito como tendo sido da EMPREITEIRA.

1.10 O(s) condutor(es) da obra, o(s) Técnico(s) e os Encarregados, cada um no seu âmbito respectivo, deverão estar sempre em condições de atender a FISCALIZAÇÃO e prestar-lhe todo os esclarecimentos e informações sobre o andamento dos serviços, a sua programação, as peculiaridades das diversas tarefas e tudo o mais que a FISCALIZAÇÃO reputar necessários ou útil e que se refira, diretamente, à obra e suas implicações.

1.11 O quadro de pessoal da EMPREITEIRA empregado na obra deverá ser constituído de elementos competentes hábeis e disciplinados, qualquer que seja a sua função, cargo ou atividade. A EMPREITEIRA é obrigada a afastar imediatamente do serviço e do canteiro de trabalho todo e qualquer elemento julgado pela FISCALIZAÇÃO com conduta inconveniente e que possa prejudicar o bom andamento da obra, a perfeita execução dos serviços e a ordem do canteiro.

1.12 A FISCALIZAÇÃO terá plena autoridade para suspender por meios amigáveis ou não, os serviços da obra, total ou parcialmente, sempre que o julgar conveniente por motivos técnicos, de segurança, disciplinares ou outros. Em todos os casos, os serviços só poderão ser reiniciados por outra ordem da FISCALIZAÇÃO.

1.13 A EMPREITEIRA não poderá executar qualquer serviço que não seja autorizado pela DAE S/A – Água e Esgoto.

2. SEGURANÇA DA OBRA

2.1 Na execução dos trabalhos, deverá haver plena proteção contra risco de acidente com o pessoal da EMPREITEIRA e com terceiros, independentemente da transferência daquele risco a Companhias ou Institutos Seguradores. Para isso, a EMPREITEIRA, deverá cumprir fielmente o estabelecido na Legislação Nacional no que concerne à segurança (nesta cláusula está incluída a higiene de trabalho) bem como obedecer a todas as normas, apropriadas e específicas para a segurança de cada tipo de serviço.

2.2 Em caso de acidente no canteiro de trabalho, a EMPREITEIRA deverá:

- a) prestar todo e qualquer socorro imediato às vítimas;
- b) paralisar imediatamente a obra nas suas circunvizinhanças, a fim de evitar a possibilidade de mudanças das circunstâncias relacionadas com o acidente;
- c) solicitar imediatamente o comparecimento da FISCALIZAÇÃO no lugar da ocorrência, relatando o fato.

2.3 A EMPREITEIRA é a única responsável pela segurança, guarda e conservação de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios e, ainda, pela proteção destes e das instalações da obra.

2.4 Qualquer perda ou dano sofrido no material, equipamento ou instrumental, eventualmente entregue pela DAE S/A – Água e Esgoto à EMPREITEIRA, será avaliado pela FISCALIZAÇÃO.

2.5 Nas ruas em que estiverem sendo executados os serviços, deverão ser mantidos ao lado da vala, tapumes laterais, com condições de reter a terra escavada, além de cavaletes nos extremos, tabuletas indicativas de **HOMENS TRABALHANDO**, tochas e guardas noturnos.

2.6 As despesas com sinalização (noturna e diurna) serão de inteira responsabilidade da EMPREITEIRA, como também os acidentes que porventura venham a ocorrer por falta ou negligência de sinalização, bem como deverá:

- a) solicitar por escrito à SETRANSP, autorização para interdição de ruas, quando necessário;
- b) comunicar à Secretaria Municipal de Transportes sobre a obra e a sinalização feita na mesma;
- c) antes da retirada da sinalização, deverá certificar-se de que o local não apresenta qualquer risco de acidentes aos usuários da via pública.

3. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

3.1 Todos os materiais e equipamentos empregados nas obras deverão satisfazer as especificações da ABNT e ainda serem de qualidade, modelo, tipo aprovados pela DAE S/A – Água e Esgoto.

3.2 Nenhum material poderá ser usado pela EMPREITEIRA sem a prévia aceitação da FISCALIZAÇÃO, que poderá exigir exames ou ensaios de acordo com a ABNT, às expensas da EMPREITEIRA.

3.3 A recusa da amostra implicará na recusa do lote de material que ela representa.

3.4 O material ou equipamento que for recusado pela FISCALIZAÇÃO deverá ser substituído por outro, sem ônus para a DAE S/A – Água e Esgoto.

3.5 A EMPREITEIRA fornecerá a FISCALIZAÇÃO e manterá permanentemente atualizada uma lista dos fornecedores de materiais e equipamentos empregados na obra.

3.6 A EMPREITEIRA tomará as providências para armazenamento e acondicionamento dos materiais e equipamentos.

3.7 DISPOSIÇÕES GERAIS

Todos os serviços deverão ser executados em consonância com projetos, diretrizes e orientações fornecidos pela DAE S/A Água e Esgoto, as prescrições contidas nas presentes especificações, as Normas Técnicas da ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas – NB 126 e Normas de Trânsito pertinentes ao Município. Na existência de serviços não especificados, a EMPREITEIRA somente poderá executá-los após a aprovação da FISCALIZAÇÃO.

3.8 SERVIÇO TOPOGRÁFICO, PROJETO EXECUTIVO E CADASTRO

Quando necessários, serão executados e fornecidos pela EMPREITEIRA.

3.9 INTERFERÊNCIAS

Os danos às instalações existentes são de responsabilidade exclusiva da EMPREITEIRA, que deverá pesquisar as interferências, antes da abertura das valas. As obras de remanejamento que venham a ser executadas pela EMPREITEIRA só poderão ser feitas com expressa anuência dos proprietários e/ou concessionários. Todos os danos deverão ser consertados pela EMPREITEIRA.

3.10 ESCAVAÇÃO

- a) A escavação poderá ser manual ou mecânica, em função das interferências existentes, a critério da EMPREITEIRA.
- b) Antes de iniciar a escavação, a EMPREITEIRA fará a pesquisa de interferência do local, para que não sejam danificados quaisquer tubos, caixas, cabos, postes, prédios, etc., que estejam na zona atingida pela escavação ou em área próxima a mesma. Caso estas interferências sejam danificadas, a EMPREITEIRA deverá repará-las e restabelecê-las para funcionamento

normal, sem ônus para a DAE S/A. Se a escavação interferir com galerias ou tubulações, a EMPREITEIRA executará a suspensão das mesmas.

c) A EMPREITEIRA deverá manter livres as grelhas, tampões e bocas de lobo das redes dos serviços públicos, junto às valas, não devendo aqueles componentes ser danificados ou entupidos.

3.11 ESCORAMENTOS

a) A estabilidade e segurança das valas e por conseguinte necessidade ou não de escoramentos, são de competência da EMPREITEIRA.

b) O projeto e os detalhes de execução de escoramentos serão atribuídos à EMPREITEIRA.

3.12 ESGOTAMENTO DE ÁGUA

O esgotamento de águas das valas, bem como os eventuais esgotamentos de água de chuva, são de competência da EMPREITEIRA. Quando o esgotamento for feito por meio de bombas, a água retirada deverá ser encaminhada para a galeria de águas pluviais ou valas mais próximas, por meio de calhas ou superfícies vizinhas ao local de trabalho. A EMPREITEIRA tem por obrigação prever e evitar irregularidade das operações de esgotamento, controlando e inspecionando o equipamento continuamente; eventuais anomalias deverão ser eliminadas imediatamente.

3.13 CERCA DE PROTEÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS

As obras nas vias públicas deverão ser protegidas com cerca de madeira com 1,00 m de altura, constituída de cavaletes de pontalete de pinho a cada 2,00 m e fechamento com tapumes em sentido horizontal, separadas de 10 cm, nos locais exigidos pelas normas de segurança ou a critério da FISCALIZAÇÃO. Toda a cerca deverá ser caiada.

3.14 ILUMINAÇÃO DE CERCA E SINALIZAÇÃO

a) A EMPREITEIRA deverá atender a todas as exigências formuladas pela SETRANSP – Secretaria Municipal de Transportes – que determinem rigorosa observância das normas de sinalização de obras em vias públicas do Município.

b) Todas as sinalizações e placas serão fornecidas pela EMPREITEIRA e após o término da obra as mesmas deverão ser retiradas, devendo o custo ser incluído no preço global da sinalização e placas.

c) A implantação da sinalização da obra será executada pela EMPREITEIRA, sendo considerada parte da obra:

d) A sinalização deverá obedecer aos padrões estabelecidos pela SETRANSP e pela DAE S/A Água e Esgoto;

e) Deverão ser colocados desvios, bem como placas indicativas, em lugar adequado para que o motorista tenha tempo de reduzir a velocidade e tomar as devidas precauções;

f) A sinalização noturna, quando necessária, poderá ser toda feita com luminárias, cujos circuitos intermitentes possibilitarão que sempre hajam lâmpadas acesas.

g) Serão encargos da EMPREITEIRA a sinalização da via, bem como a manutenção da sinalização por um período de 12 horas após o término dos serviços.

Concorrência Pública nº 019/2018

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

Contrato nº 000/00

Contrato para execução de obra de **construção de Estação Pressurizada de Água Tratada – EPAT na ETA-A, situada na Rua Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, s/n, Vila Cacilda, Jundiá-SP** que celebram entre si a DAE S/A – Água e Esgoto e a empresa

Concorrência Pública nº 019/2018

Processo Administrativo nº 3137-7/2018

Seção I – Das Partes

Cláusula 1. São partes neste contrato público:

- a) DAE S/A – Água e Esgoto, com sede na Rodovia Vereador Geraldo Dias, 1500, Jundiá - SP, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 03.582.243/0001-73, neste ato representada por seus Diretores, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE;
- b), com sede na, devidamente inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por seu Diretor, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Seção II – Do Objeto

Cláusula 2. De acordo com o Processo Administrativo nº 3137-7/2018, Concorrência Pública nº 019/2018, regidos pela Lei Federal nº 8.666/93, alterada pelas Leis Federais nº 8.883/94 e 9.648/98, obriga-se a contratada a executar obra de **construção de Estação Pressurizada de Água Tratada – EPAT na ETA-A, situada na Rua Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, s/n, Vila Cacilda, Jundiá-SP, conforme bases, condições e especificações discriminadas no presente Edital e Anexos.**

Seção III - Da Mão de Obra, Equipamentos e Materiais

Cláusula 3. A Contratada fornecerá mão de obra, equipamentos e materiais necessários à execução da obra.

Cláusula 4. Todos os materiais e equipamentos empregados na obra deverão satisfazer as especificações da ABNT e ainda serem de qualidade, modelo e tipo aprovados pela Contratante.

Cláusula 5. Nenhum material poderá ser usado pela Contratada sem a prévia aceitação da Contratante, que poderá exigir exames ou ensaios de acordo com a ABNT, às expensas da Contratada.

Cláusula 6. O material ou equipamento que for recusado pela Contratante deverá ser substituído por outro, sem ônus para a Contratante.

Cláusula 7. A Contratada fornecerá à fiscalização da Contratante, e manterá permanentemente atualizada, uma lista dos fornecedores de materiais e equipamentos empregados na obra.

Cláusula 8. A Contratada providenciará o transporte, armazenamento e acondicionamento dos materiais e equipamentos.

Seção IV – Das Responsabilidades da Contratada

Cláusula 9. A Contratada, antes do início dos serviços, deverá apresentar à Contratante a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) relativa à obra, devidamente preenchida e paga.

Cláusula 10. A Contratada é responsável pela solidez das obras executadas nos termos dispostos no artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

Cláusula 11. Todos os serviços deverão ser executados em consonância com projetos, diretrizes e orientações fornecidos pela Contratante, as prescrições contidas nas especificações dos anexos I, II, III e IV do edital, as Normas Técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) – NB 126 e Normas de Trânsito pertinentes ao município. Na existência de serviços não especificados, a Contratada somente poderá executá-los após a aprovação da Contratante.

Cláusula 12. A Contratada será responsável pela construção, instalação e manutenção do canteiro de obras, devendo o local escolhido ser aprovado pela Contratante. Não caberá a Contratante em hipótese alguma, ônus ou responsabilidade decorrentes da locação, manutenção e acesso a área escolhida.

Cláusula 13. A responsabilidade pela sinalização (noturna e diurna) adequada à obra, bem como pelos acidentes que porventura venham a ocorrer por falta ou negligência de sinalização, são exclusivamente da Contratada.

Cláusula 14. A Contratada não utilizará em nenhuma hipótese qualquer servidor da administração direta ou indireta da municipalidade, a partir da data da publicação deste edital em diante, nem mesmo em gozo de férias ou licença sob qualquer título.

Cláusula 15. A Contratada deverá ter pleno conhecimento dos locais, condições em que serão executados os serviços dos materiais a serem utilizados na obra, bem como dos processos e normas para sua execução, comprometendo-se a alocar os meios e equipamentos necessários.

Cláusula 16. A responsabilidade em caso de acidentes do trabalho e seguros previstos em lei é exclusivamente da Contratada.

Cláusula 17. A responsabilidade em caso de danos materiais e/ou pessoais causados a terceiros em virtude da execução do contrato compete exclusivamente à Contratada.

Cláusula 18. Todos os encargos sociais, tributários e trabalhistas são de responsabilidade da Contratada.

Cláusula 19. Todos os empregados deverão ser registrados pela Contratada que deverá apresentar no ato da assinatura do contrato a ficha de registro dos empregados com chancela do Ministério do Trabalho.

Cláusula 20. A Contratada manterá todos os seus empregados uniformizados e se responsabilizará pela utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI), essenciais na execução da obra.

Cláusula 21. Obriga-se a Contratada a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou utilização de técnicas ou materiais inadequados.

Seção V - Da Execução Contratual

Cláusula 22. A contratada deverá apresentar no ato da assinatura do contrato, Planilha Detalhada da Composição dos Preços Unitários contratados.

Cláusula 23. O prazo para execução dos serviços é de 150 (cento e cinquenta) dias conforme cronograma físico financeiro, a contar do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela **DOP/GOC (Diretoria de Operações / Gerência de Obras Civis)**.

§ 1º. A Contratada deverá iniciar a prestação de serviços imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço, e neste ato indicará oficialmente um representante que terá competência para receber as informações da Contratante e repassá-las a quem de direito.

§ 2º. No caso de ser registrada em outros estados da federação, para a assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá apresentar visto do CREA/SP em seus registros.

§ 3º. A empresa contratada deverá dispor de todos os equipamentos e tecnologia necessária para execução da obra com todas as técnicas adequadas, respeitando o projeto executivo que faz parte do Anexo I do Edital.

§ 4º. Face a possibilidade de alterações na metodologia executiva da empresa contratada, não será permitido o aumento de quantidades junto aos serviços previstos na planilha de referência ou criação de novos serviços não previstos nesse termo, devendo a contratada realizar a avaliação do escopo da obra e suas exigências técnicas para a sua plena execução.

Cláusula 24. A Contratada deverá comunicar e justificar à Contratante, por escrito, qualquer atraso previsto em relação aos prazos definidos no contrato, bem como a previsão de novos prazos. O julgamento ficará a juízo da Contratante que poderá aplicar as penalidades previstas em lei.

Cláusula 25. Admitida subcontratação PARCIAL dos serviços, mediante autorização formal e expressa a ser emitida pela DOP – Diretoria de Operações, desde que as empreiteiras atendam as mesmas condições estipuladas no edital / contrato, no tocante a qualificação técnica, legislação tributária e trabalhista.

§ 1º A subcontratação dos serviços, objeto desta licitação, só poderá ocorrer, única e exclusivamente mediante autorização expressa da CONTRATANTE.

§ 2º A empresa SUBCONTRATADA deverá atender todos os requisitos de habilitação solicitados no edital.

§ 3º. A subcontratação deve, necessariamente, atender na íntegra a todas as exigências do contrato em vigor, entre a DAE e a Contratada.

§ 4º Penalidades e/ou multas contratuais serão aplicadas diretamente à empresa CONTRATADA.

Cláusula 26. A empresa deverá enviar a **GST (Gerência de Segurança do Trabalho)**, antes do início da obra, os documentos relacionados abaixo:

- Apresentar, por ocasião da assinatura do contrato, a relação nominal dos empregados na execução dos serviços, acompanhada de cópia autenticada das fichas de registro com chancela do Ministério do Trabalho de todos os funcionários que estarão à disposição para execução do contrato;
- Cópia devidamente protocolada de comunicação prévia a Delegacia Regional do Trabalho, nos termos do item 18.2, subitens “a” e “e” da Norma Regulamentadora 18, da Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978;
- Ficha de registro dos funcionários, com foto, data de admissão e função dos mesmos, atualizada;
- CTPS do funcionário, com foto, data de admissão e função do mesmo, atualizada;
- Relação de empregados (RE) e respectivas funções;
- Ata de evento de integração, devidamente assinada pelos participantes;
- Recibo de entrega de Uniforme e EPI/EPC, individual c/ assinatura do funcionário, inclusive recibo de que o funcionário recebeu treinamento quanto ao uso correto de EPI/EPC (Nome do funcionário, CA do produto, data da entrega, validade, data da devolução);
- Comprovante de pagamento de insalubridade, se o caso;
- Apresentar Ordens de Serviço e Análise Preliminar de Riscos, conforme preceitua a NR 01, de cada funcionário, bem como a comprovação de seu treinamento;
- Apresentar avaliações de proteções de máquinas, conforme preceitua as NR's 10 e 12;
- PPRA, referente à atividade a ser desenvolvida pelos funcionários na contratada, conforme preceitua a NR 9;
- PCMSO, conforme preceitua a NR 7;
- ASO (atestado de saúde ocupacional) dos funcionários, válidos. Constando aptidão para trabalho em altura, espaço confinado e eletricidade, se o caso;
- Certificado de Treinamento para trabalho em instalações e serviços com eletricidade – NR 10. Certificado é individual. E treinamento para soldador, se o caso;
- Certificado de Treinamento para trabalho com máquinas e equipamentos – NR 12. Certificado é individual. E treinamento para soldador, se o caso;
- PCMAT, conforme preceitua a NR 18 – Condições e Meio Ambiente do Trabalho na indústria da Construção, na sua plenitude, em todas as etapas da obra;
- Certificado de Treinamento para Trabalho em Espaços Confinados, conforme NR 33. Certificado é individual. Deve constar no PCMSO/ASO, a aptidão para trabalho em espaço confinado. Se o caso;
- Certificado de Treinamento para Trabalho em Altura, conforme NR 35. Certificado é individual. Deve constar no PCMSO/ASO, a aptidão para trabalho em altura. Se o caso;
- ART – Anotação de Responsabilidade Técnica do Engenheiro Responsável pela execução;
- PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) – término da obra – antes do último pagamento;
- Em caso de acidente do trabalho, a Contratante deverá receber, obrigatoriamente, cópia da CAT (Comunicação de Acidente do Trabalho), registrado no INSS, em até 48 (quarenta e oito) horas do ocorrido. Acidente do Trabalho entende-se, também, o de Trajeto/Percurso.

§ 1º. Esta documentação deverá ser entregue a Gerência de Segurança do Trabalho com antecedência **mínima** de 15 (quinze) dias do início da obra, para conferência dos mesmos.

§ 2º. **NOTA: Aceita a documentação relativa aos funcionários, a GST emitirá uma CREDENCIAL individual para cada funcionário habilitado, de posse da CREDENCIAL, o funcionário estará habilitado para a execução dos serviços do contrato.**

§ 3º. A CONTRATADA deverá enviar à GOC (Gerência de Obras Civas) antes da primeira e demais medições, a seguinte documentação para verificação e guarda:

- Cartão de ponto do funcionário, devidamente assinado;
- Recibo de compra do vale transporte, bem como da sua entrega aos funcionários;
- Recibo de compra da cesta básica, bem como da sua entrega aos funcionários;
- Folha de pagamento da obra (ou holerites);
- Cópia GFIP/ SEFIP específica para serviço prestado a DAE S/A;
- Guia de Protocolo de conectividade Social;
- Certidão Negativa de Débito da Previdência Social;
- Cópia do holerite onde comprove-se o pagamento de insalubridade ou periculosidade aos funcionários, conforme atividade desenvolvida, amparada em legislação vigente;
- CEI – Cadastro Específico do INSS.

§ 4º. **Documentos cuja entrega será obrigatória para fins de fiscalização**

- Rescisão Contratual, quando houver, e cópia do PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário). Para os casos de rescisão inferior a 01 ano, a empresa deverá enviar cópia do termo e o comprovante de depósito;
- Documentação de contratação de novos funcionários, conforme entregue antes do início da obra (se houver).

Cláusula 27. A execução dos serviços será fiscalizada por servidores da GOC/GST da Contratante, devidamente designados, ou por técnicos por esta credenciada.

Cláusula 28. A Contratante reserva-se o direito de exigir a retirada ou à substituição dos empregados da Contratada quando, a seu critério forem julgados inconvenientes ao exercício de suas funções, por conduta moral ou funcional inadequada, bem como por simples irreverência, além de inaptidão, mesmo relativa, para os serviços contratados.

Cláusula 29. Qualquer modificação na estrutura da Contratada, tais como a transformação, fusão, cisão ou incorporação, somente motivarão a rescisão do contrato quando prejudicar-lhe a execução.

Cláusula 30. Durante a vigência a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que se fizerem necessárias, ao objeto do contrato nos limites estabelecidos na Lei, dispostos no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, e só serão levados a efeito mediante expressa autorização da **DOP/GOC (Diretoria de Operações / Gerência de Obras Civas)** e elaboração de termo de aditamento.

Cláusula 31. Mantidas as demais cláusulas do presente ajuste, poderá haver prorrogação de prazo, desde que seja assegurando o equilíbrio econômico-financeiro nas condições previstas no artigo 57, § 1º. da Lei 8.666/93. Caso haja necessidade da inclusão de novos preços unitários, serão tomados por base os preços unitários dos seguintes banco de dados – pela ordem – SINAPI, SABESP, SIURB, CPOS e PINI, acrescidos do BDI indicado na planilha de preço base, descontando-se o percentual de desconto ofertado por ocasião da licitação. Na falta destes, composição de comum acordo, baseadas em no mínimo 03 cotações.

Seção VI – Da Forma de Pagamento

Cláusula 32. Pela execução dos serviços objeto deste contrato, a Contratante pagará à Contratada a importância total de R\$ (.....).

Cláusula 33. As medições serão mensais, sendo apurado “in loco” pela fiscalização da DAE S/A e/ou por ela credenciada, com aferição dos serviços efetivamente executados no período, quantidades e valores serão conferidos com a planilha componente do contrato, sendo liberado exatamente o que foi executado.

Cláusula 34. A análise e aprovação das medições deverão ser feitas pelos engenheiros gestores da DAE S/A e/ou equipe técnica por ela credenciada em até 05 (cinco) dias úteis após a apresentação das mesmas.

Cláusula 35. Efetuada a aprovação pela DAE S/A – Água e Esgoto, a medição será encaminhada juntamente com toda a documentação pertinente à Caixa Econômica Federal – Agente Financeiro da Obra (preposto do Ministério das Cidades), para análise e aprovação, que poderá ocorrer em até 20 (vinte) dias.

Cláusula 36. Após a aprovação da Caixa, a CONTRATADA deverá emitir e apresentar nota fiscal respectiva com as importâncias devidas pela execução da obra no período que serão pagas mensalmente pela DAE S/A, consignado ao repasse de verba da Caixa Econômica Federal em até 07 (sete) dias após a liberação do desembolso.

Cláusula 37. Quando da emissão da Nota Fiscal ou Fatura correspondente, a CONTRATADA deverá discriminar na Nota Fiscal o valor da mão-de-obra, material e/ou equipamento, sendo que o montante a ser considerado para fins de cálculo da retenção do percentual de 11% (onze por cento) sobre a prestação de serviços, destinado ao recolhimento à Previdência Social, da nota fiscal para os serviços de 50% (cinquenta por cento) do valor bruto da Nota Fiscal para os demais serviços, devendo a CONTRATADA discriminar tais valores na Nota Fiscal ou Fatura, bem como mencionar no corpo do citado documento o número CEI, conforme art. 150, I, e § 1º II, da Instrução Normativa INSS/DC nº 03, de 14 de julho de 2.005.

Cláusula 38. A CONTRATADA deverá destacar na Nota Fiscal ou Fatura o valor da retenção correspondente a 11% (onze por cento) do valor do serviço, com o título de “RETENÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL”, sendo que o destaque do valor retido deverá ser identificado após a descrição dos serviços prestados, conforme art. 154, § 1º, da Instrução Normativa INSS/DC nº 03, de 14 de julho de 2005, números: da Ordem de Compra, do contrato e processo administrativo da licitação, Plano de Ação e o número do contrato firmado com a Caixa Federal – **CONTRATO nº 0505.669-89/2018.**

Cláusula 39. A DAE S/A procederá ao recolhimento do valor retido correspondente ao percentual devido ao órgão previdenciário, até o dia 20 (vinte) do mês seguinte ao da emissão da nota fiscal ou Fatura, conforme art. 129 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009. Para tanto, a CONTRATADA deverá entregar cópia da Nota Fiscal, na Diretoria Financeira/Seção de Contas a Pagar e a Receber, até o último dia útil do mês da emissão da Nota Fiscal.

Cláusula 40. O pagamento dos serviços só será efetuado se a caução estiver em vigência, o que será verificado pela Seção de Contas a Pagar e a Receber, ocasião em que, havendo irregularidades ou se estiver próximo ao vencimento, a mesma emitirá AVISO a CONTRATADA, com cópia a DOP, solicitando sua regularização e renovação junto a CONTRATADA.

Cláusula 41. O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação de cópias devidamente autenticadas das guias de recolhimento do INSS e do FGTS correspondente ao mês da medição.

Cláusula 42. A falta da apresentação de qualquer documento previsto no edital e contrato, acarretará no atraso do pagamento até que a situação se normalize.

Cláusula 43. Será obrigatório que o diário de obra esteja no canteiro de obras para que os apontamentos sejam efetivados diariamente pelos servidores designados pelo gestor do contrato bem como ao final de cada período ou ao término deste sejam assinados tanto pela CONTRATANTE quanto pela CONTRATADA.

Cláusula 44. A CONTRATADA não estará autorizada a realizar serviços não previstos em planilha ou acréscimo aos já existentes sem autorização prévia, formal e expressa da DAE S/A.

Cláusula 45. Acréscimos ao contrato só serão realizados por meio de Termo Aditivo, até os limites previstos em lei, e serão concedidos após a análise por seus órgãos competentes e desde que haja a respectiva verba orçamentária correspondente, em comum acordo entre a Administração da DAE S/A e a CONTRATADA.

Seção VII – Do Reajuste de Preços

Cláusula 46. Os preços contratados serão fixos e irremovíveis durante a vigência inicial da contratação.

§ 1º. Na hipótese de prorrogação do contrato, que ultrapasse o prazo de 12 (doze) meses de sua vigência, os preços contratados poderão ser reajustados utilizando-se como limite máximo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – INPC/IBGE, tendo como base a data de apresentação da proposta vencedora da licitação.

§ 2º. A concessão do reajuste deverá ser solicitada, por escrito, pela contratada concomitantemente à sua expressa concordância com a prorrogação da vigência contratual.

Seção VIII – Da Fiscalização e Recebimento

Cláusula 47. A Contratante exercerá ampla e completa fiscalização sobre os serviços contratados através de sua GOC (Gerência de Obras Cíveis), o que não reduzirá nem excluirá a responsabilidade da Contratada por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros.

Cláusula 48. Concluídos os serviços, a Contratante procederá ao seu recebimento provisório.

Parágrafo único. Durante o prazo de observação de 90 (noventa) dias, obriga-se a Contratada a fazer, às suas expensas, as substituições e/ou reparações porventura reclamadas.

Cláusula 49. Somente após o recebimento definitivo, que será efetuado pela Contratante 90 (noventa) dias após o recebimento provisório, poderá a Contratada levantar a garantia prestada para a assinatura do contrato, desde que não haja vícios ou defeitos.

Seção IX – Das Penalidades

Cláusula 50. A Contratada que se tornar inadimplente pela entrega dos produtos, pela escusa ou descumprimento da sua garantia, como proposto e de acordo com o objeto da presente licitação, serão aplicadas as seguintes penalidades:

I - Advertência por escrito;

II - Multa de até 10% sobre o valor do contrato, na dependência da gravidade do dano, tudo de acordo com a decisão da autoridade competente;

III - Suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, por período de até 24 (vinte e quatro) meses, sempre de acordo com a gravidade do fato e a decisão da autoridade competente;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, até a reabilitação do contratado perante a autoridade que prolatou a decisão, sempre após o ressarcimento dos danos.

V - A sanção indicada no item II poderá ser aplicada conjuntamente com as estabelecidas pelos itens I, III e IV na dependência da falta cometida, a critério da Administração, tudo sem prejuízo da comunicação dos fatos ao Tribunal de Contas do Estado. Será garantido nesse caso, ao contratado, o exercício do direito estabelecido nos parágrafos 2º e 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e suas modificações posteriores.

Seção X - Da Rescisão

Cláusula 51. O contrato poderá ser rescindido, caso ocorra qualquer das hipóteses previstas nos arts. 77, 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93, reconhecidos os direitos da Administração, nos termos do art. 77 da referida Lei.

Seção XI - Das Garantias

Cláusula 52. Para assinatura do contrato será exigida prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, nos termos do artigo 56 da Lei 8.666/93.

§ 1º A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato.

§ 2º Seja qual for a modalidade da garantia apresentada, a Contratada não se isenta da responsabilidade estabelecida pelo artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

Seção XII – Da Classificação Contábil

Cláusula 53. O empreendimento será suportado através de Contrato firmado entre DAE S/A – Água e Esgoto, Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal, recursos oriundos do Contrato nº 0505.669-89/2018. As despesas decorrentes da presente licitação estão classificadas sob a responsabilidade da conta gerencial: 8.6.1.17 - Gerência de Obras Cíveis, conforme

PA-2018-DOP-050. Origem do Recurso: **Vinculada DAE (Recursos Próprios)** e **Vinculada ao IN29 – Saneamento para Todos – Benfeitorias e Modernização dos Sistemas para Ampliação da Capacidade de Tratamento de Água da ETA-A.**

Seção XIII - Do Foro e Disposição Final

Cláusula 54. Aplicam-se à execução deste Contrato, bem como aos casos omissos, a Lei Federal nº 8666/93 e os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Cláusula 55. Para dirimir as questões oriundas do presente contrato as partes elegem o foro da Comarca de Jundiaí, Estado de São Paulo.

Cláusula 56. E por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em 4 (quatro) vias de igual teor e para um só efeito, na sede da Contratante, em _____ de..... de ____.

a) Pela CONTRATANTE:

Diretor Presidente

RG.

Diretor Administrativo

RG

Diretor de Operações

RG.

b) Pela CONTRATADA:

Diretor

RG.

Concorrência Pública nº 019/2018
ANEXO VI
TERMO DE CIÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO

Contrato nº 000/00

Contratação de empresa especializada para construção de Estação Pressurizada de Água Tratada – EPAT na ETA-A, situada na Rua Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, s/n, Vila Cacilda, Jundiaí-SP, conforme bases, condições e especificações discriminadas no presente Edital e Anexos.

Contratante: DAE S/A – Água e Esgoto

Contratada:

Na qualidade de Contratante e Contratada, respectivamente, do termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por **CIENTES** e **NOTIFICADOS** para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Jundiaí, ___ de _____ de _____.

a) Pela CONTRATANTE:

Diretor Presidente
RG.

Diretor de Operações
RG.

Diretor Administrativo
RG.

b) Pela CONTRATADA:

Diretor
RG

Concorrência Pública nº 019/2018
ANEXO VII
MODELO DA DECLARAÇÃO EPP/ ME / COOP

_____, inscrita no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal e por seu contador, DECLARA, sob as penas da Lei, que se constitui em microempresa (ou empresa de pequeno porte ou cooperativa) para os fins desta licitação, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 123/06 e art. 34 da Lei Federal nº 11.488/07 (na hipótese de Cooperativa), e que não apresenta nenhuma das restrições do regime diferenciado e favorecido, dispostas no art. 3.º, § 4.º da referida Lei, comprometendo-se a informar a Administração caso perca essa qualificação

NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA

(autoridade ou representante com poderes legais, com identificação do assinante (nome completo e cargo))

NOME E ASSINATURA DO CONTADOR DA EMPRESA:

(nome completo e identificação de seu registro junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC),

DADOS PARA CONTATO:

ENDERECO: _____

CIDADE/ESTADO: _____

– CEP: _____

FONE: _____

– FAX: _____

- CEL.: _____

E-MAIL: _____

NOME PARA CONTATO: _____

Concorrência Pública nº 019/2018
ANEXO VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DO MENOR

DECLARAÇÃO

REF.: Concorrência Pública nº _____

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(data)

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

Concorrência Pública nº 019/2018

ANEXO IX

“MODELO – Planilha Detalhada de Composição dos Preços Unitários ”

Exemplos:

O valor indicado no **RETÂNGULO**, corresponde ao valor no qual deverá ser acrescentado o BDI, após, deverá ser transferido como preço unitário de cada item da planilha de preço base, para formação do **PREÇO TOTAL** da Proposta. Quanto aos valores **SUBLINHADOS**, correspondem a composições "auxiliares" utilizadas na formação do preço unitário que deverão ser explicitados em todos os itens da Planilha de Proposta de Preços.

| 08-33-00 | ALVENARIA EM BLOCOS DE CONCRETO 09 X 19 X 39CM | | VALOR | M2 | COEF. | 37,99 |
|-----------------|---|-----|---------------|-----------|--------------|--------------|
| 2020 | PEDREIRO | H | 14,3566 | | 0,66 | |
| 2099 | SERVENTE | H | 11,567 | | 0,6603 | |
| <u>10645</u> | ARGAMASSA MISTA COM AREIA GROSSA 1:0,5:8 | M3 | <u>301,16</u> | | 0,008 | |
| 12530 | BLOCO DE CONCRETO COMUM - (9X19X39)CM | UN. | 1,41 | | 13,1 | |

| 08-34-00 | ALVENARIA EM BLOCOS DE CONCRETO 19 X 19 X 39CM | | VALOR | M2 | COEF. | 53,14 |
|-----------------|---|-----|---------------|-----------|--------------|--------------|
| 2020 | PEDREIRO | H | 14,3566 | | 0,74 | |
| 2099 | SERVENTE | H | 11,567 | | 0,745 | |
| <u>10645</u> | ARGAMASSA MISTA COM AREIA GROSSA 1:0,5:8 | M3 | <u>301,16</u> | | 0,0145 | |
| 12534 | BLOCO DE CONCRETO COMUM - (19X19X39)CM | UN. | 2,25 | | 13,1 | |

COMPOSIÇÃO AUXILIAR – MODELO DE APRESENTAÇÃO

| <u>10645</u> | ARGAMASSA MISTA COM AREIA GROSSA 1:0,5:8 | | VALOR | H | COEF. | 301,16 |
|---------------------|---|----|--------------|----------|--------------|---------------|
| 2099 | SERVENTE | H | 11,567 | | 10 | |
| 10504 | AREIA LAVADA GROSSA | M3 | 77,75 | | 1,216 | |
| 10508 | CAL HIDRATADA - CH-III | KG | 0,41 | | 35,3902 | |
| 10517 | CIMENTO PORTLAND CPII-E/F-32 | KG | 0,42 | | 182 | |

Concorrência Pública nº 019/2018
ANEXO X
PROJETOS / ELEMENTOS TÉCNICOS

ARQUIVO DISPONIBILIZADO SEPARADAMENTE